

O comandante de volta ao poder: a campanha de 1950 e o governo democrático de Amaral Peixoto

Conforme apresentamos no capítulo anterior, o grupo amaralista sofreu duros golpes após a saída de seu líder da interventoria fluminense. Durante as administrações de Hugo Silva e Edmundo de Macedo Soares, houve perseguição contra os membros amaralistas e pessedistas no estado do Rio de Janeiro, com vários deles demitidos de seus cargos e em seus lugares sendo nomeados adversários políticos.

Neste capítulo, tentaremos evidenciar as principais diferenças entre as práticas políticas de Amaral Peixoto e seu grupo nos dois momentos em que estiveram à frente do executivo estadual. Essa análise é importante para verificarmos a maneira pela qual Amaral Peixoto conduziu seu grupo em momentos distintos quanto a política, pois a montagem e consolidação de seu grupo ocorreu em um período autoritário e o primeiro governo do período democrático no executivo fluminense foi caracterizado pelo combate do então governador aos amaralistas, através de afastamentos de pessoas ligadas ao ex-interventor de seus cargos e de coerção através de benesses para que estes elementos fizessem parte de um provável grupo político sob a liderança de Edmundo Macedo Soares.

Para voltar ao poder, Amaral Peixoto deveria vencer as eleições de 1950, que definiriam o sucessor de Edmundo Macedo Soares no governo estadual. Como adversários na campanha, Amaral tinha o próprio governador, que fazia abertamente campanha contra sua candidatura e o candidato udenista, Prado Kelly.

Para começar a análise da campanha de Amaral Peixoto, vamos transcrever a impressão do Comandante sobre a mesma:

Na minha campanha o Edmundo trabalhou abertamente contra mim, tentando primeiro me torpedear dentro do partido. Mas naquela ocasião, talvez por eu estar na posição de vítima, houve uma reação popular. Eu ia para a eleição inteiramente tranqüilo, tinha absoluta certeza que ganharia, contra o Governo Federal e contra o governo do estado. Quando ia para o

interior, sentia que o povo desejava a minha volta. Não é orgulho, não, eu sentia mesmo. Ganhei com 72% dos votos, a maior percentagem do país naquela eleição, derrotando o Prado Kelly, que era um dos melhores nomes que a UDN podia apresentar. Embora não fosse um homem popular, tinha muito valor, era um intelectual.¹

A declaração do líder pessedista sublinha que sua candidatura tinha a concorrência do governador fluminense e também não gozava da simpatia do Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, que apesar de ser do PSD e ter recebido o apoio de Amaral Peixoto no estado do Rio de Janeiro, aliou-se à UDN e, em especial, a José Eduardo de Macedo Soares e Edmundo de Macedo Soares. A vitória expressiva com 72% dos votos demonstra as dificuldades encontradas pelos amaralistas no período entre 1946 e 1950 não foram suficientes para desestruturar o grupo político que havia sido formado ainda durante o Estado Novo.

Como político articulado que foi, Amaral Peixoto aproveitou-se também de atitudes e declarações de seus adversários em sua campanha. Os udenistas, isolados nesta campanha, já que o PSD e o PTB eram aliados, sabiam que precisariam atacar veementemente a administração amaralista durante a interventoria para conseguir a simpatia daqueles que não faziam parte do grupo de Amaral e também se aproveitar do controle do poder executivo estadual para conquistar a adesão e o apoio de alguns membros que estavam ligados aos seus adversários. Algumas declarações de Amaral Peixoto apontam a dificuldade dos udenistas em colocar em prática as estratégias da campanha de Prado Kelly:

O Dutra criou lugares na Caixa Econômica e nomeou udenistas, e o Edmundo acompanhou o Prado Kelly em excursões. Durante a campanha, o Kelly só fez referência ao meu nome uma vez, dizendo que eu tinha prestígio porque havia feito muitas nomeações. Em oito anos de governo, é claro que tive de nomear gente. Eu respondi que havia nomeado, mas que quem estava fazendo isso no momento era ele, pois o Edmundo estava nomeando homens da UDN. [...]. Isso eu disse numa reunião: ‘Nosso adversário não é o Prado Kelly, é o Edmundo’.²

Amaral Peixoto e seu grupo político se utilizavam das críticas feitas ao seu governo para inverter o jogo e a disputa eleitoral no estado. Quando foi eleito,

¹ Aspásia Camargo (org.). **Op.cit.** p. 241.

² Aspásia Camargo (org.). **Op. Cit.** p. 242.

conforme vimos no capítulo anterior, Edmundo Macedo Soares percorreu a mesma trajetória feita pelo agora pessedista para firmar sua imagem no cenário político estadual. Entretanto, sem a mesma habilidade do Comandante, não conseguiu formar um grupo político coeso e suficientemente forte que lhe desse o suporte necessário para iniciar uma caminhada vitoriosa na política fluminense sem o apoio de Amaral Peixoto. O próprio Amaral afirmou que a pretensão de Edmundo em se consagrar como líder político no estado era “uma bobagem”. Além do discurso político mais consistente, Amaral Peixoto ainda tinha como explorar em sua campanha fatos como a demissão de um juiz de paz de Natividade, conforme relatou:

Para piorar ainda mais as coisas, o Edmundo cometeu alguns absurdos: demitiu um juiz de paz de Natividade que estava há trinta e oito anos na função. Nós incorporamos esse homem à nossa caravana e o exibíamos nos palanques: ‘Este homem estava há 38 anos como juiz de paz em tal lugar e foi demitido pelo governador Edmundo!’ O povo vibrava... Houve recursos políticos não é?³

A demissão de um juiz de paz de uma cidade do interior, que estava no cargo há mais de três décadas era vista com muitas ressalvas por parte da população daquelas cidades. Assim como outras demissões e nomeações, esta foi feita com finalidade política de colocar pessoas da confiança do governador e da UDN e tentar arregimentar apoio e, conseqüentemente, votos para seus candidatos. Como a política nessas cidades girava em torno desses cargos de prestígio nas municipalidades, muitos líderes locais reafirmaram seu apoio à candidatura amaralista no estado. A esta altura, a liderança de José Eduardo de Macedo Soares já não era mais tão relevante. Nas duas eleições anteriores, em 1945 e 1947, havia sido fragorosamente derrotado para o Senado Federal por candidatos do PSD. Dessa forma, a UDN começava a perder espaço também para o PTB, que crescia em todo o Brasil. Pesava, também favoravelmente ao PSD, a escolha do candidato udenista a sucessão. Prado Kelly não era um homem do povo e não conhecia tão bem quanto Edmundo e Amaral o estado do Rio.

A campanha para o governo do estado não fugiu às características do governo de Amaral Peixoto durante a interventoria, como relatou o próprio Comandante:

³Ibid. p. 243.

Eu fiz a campanha do PSD. Havia na época mais de 50 municípios e 260 ou 270 distritos. Percorri todos os Distritos, não me limitei aos municípios. Minha campanha foi feita na seguinte base: ‘Vocês me conhecem. Governei o Estado durante oito anos. Se voltar ao governo, serei o mesmo homem. Não vou mudar minha forma de conduta no regime constitucional’.⁴

Como podemos ver, a prática das viagens do ex-interventor pelo estado continuaram em sua campanha eleitoral. Neste momento, era importante para os pessedistas a divulgação da imagem de seu candidato e da afirmação de suas propostas e de como seria seu comportamento no governo, visto que o regime era diferente do período em que Amaral havia governado o estado. A grande preocupação do candidato não era tornar-se uma figura conhecida, pois ele já era o líder político do estado e durante seu governo havia visitado praticamente todos os municípios fluminenses. Sua real preocupação era tranquilizar as lideranças municipais sobre sua postura à frente do executivo estadual caso vencesse as eleições. Muitos dos seus partidários cederam a pressão do então governador com medo de perderem seus cargos e de ficarem de fora do jogo político. Dessa forma, Amaral Peixoto tinha a intenção de demonstrar para estas lideranças que aqueles que sempre estiveram ao seu lado e o apoiassem seriam “recompensados” por tal atitude.

5.1. As eleições de 1950

Além das viagens ao interior do estado, a campanha de Amaral Peixoto contou com um amplo trabalho de valorização de sua passagem pela interventoria estadual. No ano de 1950, quando começava a campanha eleitoral, foi publicado “*O Governo Amaral Peixoto*”. Escrito por Heitor Gurgel, homem de confiança de Amaral Peixoto e seu ex-Secretário de Governo, o livro tinha como intenção declarada pelo autor substituir o relatório de governo, que não havia sido publicado quando da saída do Comandante da interventoria.

Entretanto, a própria justificativa para a não realização do relatório já nos indica a real pretensão da obra. Gurgel justifica a não divulgação deste relatório

⁴ Aspásia Camargo (org.). **Op. Cit.** p. 244.

no período correto por ter sido o governo de Amaral Peixoto um “governo que viveu às claras e que muito produziu”. A publicação destina-se muito mais as realizações feitas no período do Estado Novo do que a cumprir o papel de ser uma prestação de contas do governo neste período.

“*O Governo Amaral Peixoto*” faz uma cronologia da vida de Amaral Peixoto, contando desde sua infância até chegar a interventoria fluminense, passando pela fase em que foi ajudante de ordens do Presidente da República, além de fazer uma breve história da política fluminense. O livro está dividido nas seguintes seções: “A Guisa de Prefácio”, “A Capitania de Pero de Góes”, “O homem”, “O político”, “O administrador”, “O humanitário”, “O democrata” e “O Galardão”. Como dissemos anteriormente, mais do que um relatório de governo, a publicação é um espaço para a memória da interventoria Amaral Peixoto que, publicada em 1950 pela Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, tornou-se, propositadamente, um interessante material de campanha para o ex-Interventor.

O capítulo destinado à história fluminense (“A Capitania de Pero de Góes”) faz referência à decadência da região, que de província que sustentava o Império chega ao período republicano em uma decadência política e econômica. De acordo com Gurgel, o estado do Rio havia sido tomado pela politicagem até 1930, sem uma classe política poderosa, “viveu das glórias do passado”, sob a administração de golpistas, bacharéis e de industriais, que destinavam as medidas do executivo para atender seus interesses particulares. Entretanto, a partir de 1937 uma revolução de costumes começou a mudar este panorama e o estado do Rio se recupera durante o período autoritário. A partir desta referência indireta ao governo amaralista, o livro passa a descrever o perfil do Comandante e a tecer comentários sobre a sua conduta administrativa, seu caráter e formação militar na Marinha e a equipe formada por ele durante o Estado Novo.

A trajetória do Comandante é contada desde o rompimento político com os macedistas, que segundo o autor deveu-se ao fato do Interventor contemplar com cargos importantes não apenas o grupo macedista, mas outras correntes de opinião. Gurgel afirma que “isto desgostou profundamente o grupo macedista que tinha lançado o nome do Comandante para a interventoria”.⁵ O material continua ressaltando as virtudes do Comandante, de acordo com a visão de Gurgel, com

⁵ Heitor Gurgel. **O Governo Amaral Peixoto**. Niterói: Imprensa Oficial, 1950.

especial destaque para o que chama de “ecletismo político”. A partir deste momento, destacam-se os elogios pelas escolhas feitas pelo Interventor para seu secretariado e sobre a colaboração de alguns prefeitos, como os de Campos, São Gonçalo, Petrópolis e Nova Iguaçu.

Outro ponto importante da publicação é o tópico “O Democrata”, pois este seria o primeiro governo do ex-interventor sob o regime democrático. Gurgel o classifica como um “democrata por princípio e convicção” e vai além, afirmando que “o Comandante Amaral Peixoto desde o início da 2ª Guerra Mundial colocou-se ao lado das nações que defendiam a democracia”.⁶ Este ponto pode ser considerado um dos principais do livro, ao lado da divulgação das realizações feitas pelo governo fluminense durante o período do Estado Novo.

Apesar de ter sua base sólida no estado, a campanha de Amaral Peixoto tentou construir a imagem do líder pessedista como um democrata, afastando-o de qualquer perfil autoritário. Além de todos estes fatores, Amaral contava com outro grande aliado: a popularidade de Getúlio Vargas, candidato à Presidência da República no mesmo pleito. Como foi estabelecida uma aliança entre PTB e PSD, o candidato natural do Ex-Presidente era o Comandante. O que se viu nas eleições fluminenses foi uma disputa entre o retorno daqueles que haviam governado entre 1937-1945 e aqueles que tiveram a oportunidade de governar o país e o estado no primeiro mandato após a democratização.

Dessa forma, o objetivo maior daquela publicação, oficialmente uma prestação de contas do período da interventoria, era divulgar as benesses trazidas por Amaral Peixoto ao estado e construir a imagem de um político que primava pelo bom senso nas suas decisões, independente de correntes políticas, e de um democrata convicto, pronto para governar sob este regime e respeitar todos os seus preceitos.

Além disso, outro importante mecanismo da campanha amaralista era a penetração nos municípios fluminenses através de folhetos produzidos pelas lideranças municipais. No arquivo de Ernani do Amaral Peixoto encontramos diversos folhetos, como este dirigido aos eleitores de Itaboraí por Leal Junior, político local que frequentava a Assembléia Legislativa desde o período da Constituinte, no governo Protógenes Guimarães:

⁶ Heitor Gurgel. **Idem**. p.151.

Ao povo de Itaboraí
Itaboraíenses!

Há três anos, o Partido Social Democrático, tangido pelo seu espírito de renúncia, que só vê diante de si os altos interesses do povo fluminense, teve a ingenuidade de acreditar que a paz de nossa terra estava a lhe impor o sacrifício de abrir mão do seu candidato ao Governo do Estado e adotar a candidatura de um homem que viria governá-lo acima dos partidos tendo a missão precípua de harmonizar os fluminenses em benefício de sua administração e do seu progresso.

Foi assim que o PSD elegeu o Sr. Edmundo de Macedo Soares, governador do Estado.

Conquistado, porém, o Governo, pelo erro político que, então, cometemos, o Sr. Macedo Soares passou a por em prática o plano que trouxera no seu íntimo, de entregar nossa pobre terra ao udenismo, atirando-nos escravizados à sua pata de ferro de vingança e ódio.

Mas, para consegui-lo, teria sido necessário que o governador cindisse o nosso glorioso PSD! Não o conseguiu, porque no PSD não há Judas. Nenhum pessedista o acompanhou e Vossa Excelência teve de ficar na triste situação de ser apontado pelos fluminenses como tendo faltado a confiança que milhares de cidadãos depositaram na sua formação moral e nas suas tão proclamadas virtudes...

O PSD continua unido e forte! Formando barreira intransponível a quaisquer arremetidas; continuando a dar a sua inteira solidariedade política ao Exmo. Sr. Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, de quem recebe as mais expressivas demonstrações de apoio; e marchando, com desassombro, para a luta que há de sagrar Governador do Estado do Rio o Sr. Comandante Ernani do Amaral Peixoto, o verdadeiro restaurador da grandeza fluminense!

Itaboraiense! Meus companheiros, meus amigos, meus conterrâneos! Já vos conduzi três vezes seguidas às mais convincentes vitórias, esmagando adversários que tinham a protegê-los a própria justiça da Comarca. Não será um delegado de polícia que me atemorizará! Estou absolutamente certo de que, pela quarta vez, o PSD, partido de massas, que tem a formá-lo, na sua grande maioria, o trabalhador modesto, o homem do campo, o pequeno proprietário, o pequeno comerciante, o colono, o quitandeiro, - VENCERÁ, para garantia de vossa liberdade. Respeito aos vossos direitos e progresso sempre crescente do nosso querido município de Itaboraí!

Viva o PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO! Viva o povo livre e destemido da minha gloriosa terra!⁷

Esse folheto, datado de 26 de janeiro de 1950, explora o que o grupo pessedista classificou como a traição de Edmundo Macedo Soares e a unidade do PSD em torno do nome do Comandante Amaral Peixoto, referindo-se ao ato de

⁷ Arquivo EAP psd-r 49.05.02, Dossiê Eleições de 1950.

toda a bancada do PSD na Assembléia Estadual ter proposto e assinado termos de renúncia em apoio ao Comandante e em protesto à política desenvolvida pelo então governador. Aproveitando ainda este filão, Leal Júnior demonstra que a vontade dos pessedistas e amaralistas era a de fazer um governo acima das disputas políticas, pois pacificando esta disputa o maior beneficiado seria o estado do Rio de Janeiro. Outra temática abordada por Leal Júnior foi a da lealdade, expressa neste documento através da continuidade do apoio ao General Eurico Gaspar Dutra, mesmo este tendo contribuído e oferecido sustentação ao governo macedista, com o objetivo de enfraquecer o amaralismo no estado do Rio de Janeiro.

Uma outra estratégia que encontramos neste material de campanha foi a de utilizar o prestígio do político local. Por diversas vezes, Leal Júnior conclama seus “companheiros, amigos e conterrâneos” a seguir suas “instruções” e depositarem mais do que seu voto, mas sua confiança, no candidato pessedista, seu correligionário, já que o povo de Itaboraí já havia sido conduzido por ele “três vezes seguidas as mais convincentes vitórias”.

Outro exemplo da atuação dos líderes municipais na campanha amaralista de 1950 pode ser observado no material divulgado em Miracema, por Altivo Mendes Linhares, mais um deputado que estava presente na Assembléia desde a Constituinte Estadual:

Aos meus amigos e correligionários

O Estado do Rio entrou numa fase de falta de garantias. Entrou mesmo numa fase em que o direito passou a ser substituído pela força.

Deve-se isto ao atual Governador que pretende restabelecer os processos políticos de antes de 1930, isto é, antes da revolução.

Miracema não podia, neste caso, deixar de receber o seu quinhão. É assim que foi afastado o delegado de polícia titular (bacharel ou militar) do Município para dar lugar a atuação dos suplentes facciosos e as suas ruas mais movimentadas, que lhe emprestam um aspecto de cidade civilizada, passaram a oferecer um espetáculo grotesco de política de aldeia, ou política de antanho.

Comissários de polícia fazendo lembrar a figura exótica de Don Quixote, uns com apelidos ridículos, outros de bigodões, passeiam em cardume, exibindo os bengalões e gurugumbas com que pretendem impor a autoridade dos mandões eventuais da terra fluminense.

Recomendo aos meus amigos absterem-se de qualquer manifestação a respeito, evitando mesmo de saírem à rua sem necessidade, para não ter atrito com tais elementos que são apenas agentes de provocação.

Provocam para que haja reação e, caso esta se verifique, querem se dizer desautorados. Não convém que percamos a razão, e eles estão se incumbindo de aumentá-la, com esses atos, perante as pessoas sensatas e honestas de nossa terra.

Os poucos meses dos desmandos que ainda temos de assistir, passarão depressa e com eles irão os intrusos que vem agitando insensatamente o Estado.⁸

Neste panfleto eleitoral, de abril de 1950, a tática utilizada por Altivo Mendes Linhares é a de atacar a política feita por Edmundo Macedo Soares com relação às nomeações feitas por ele para cargos estratégicos, como delegados, Juiz e outros, que Amaral classificava como primordial para fazer política nas cidades do interior. Partindo de uma queixa sobre a substituição do Delegado titular do município, Linhares acusa o Governador de levar o estado do Rio a uma situação de “falta de garantias”, na qual o direito seria substituído pela força. Além disso, classifica o governo como período de “desmandos” e seus atores como “intrusos” na política fluminense.

Percebemos que a campanha realizada por Amaral Peixoto teve três eixos principais. Com a publicação do “relatório de governo”, a equipe amaralista constrói um perfil do homem e do político, dando destaque para seu caráter democrático e para suas realizações. A campanha feita nos municípios, sempre com o auxílio das lideranças municipais, seguia dois caminhos: a crítica ao governo que estava se findando, pelo não cumprimento da aliança firmada com os pessedistas e pela perseguição política àqueles que faziam parte do grupo de Amaral Peixoto e apelavam para a confiança da população nos políticos que possuíam raízes e tradição na localidade. Não vemos, por exemplo, em nenhum destes materiais as propostas de governo do candidato. A promessa de Amaral Peixoto, como já vimos anteriormente, era a de manter sua postura político-administrativa do período da interventoria.

Em 3 de outubro, data do pleito eleitoral de 1950, Amaral Peixoto e seu candidato a Vice-Governador, Tarcísio Miranda (PTB), foram eleitos por uma grande margem de votos. A coligação que o apoiou, especialmente PSD e PTB,

⁸ Arquivo EAP psd-r 49.05.02, Dossiê Eleições de 1950.

foi a vitoriosa, elegendo a maioria dos que iriam compor a Assembléia Legislativa Estadual, a maioria da bancada federal destinada ao estado e elegeu Francisco Tinoco para o Senado.

5.2. Amaral Peixoto e a negociação política no governo democrático

Em 31 de janeiro de 1951, Amaral Peixoto tomou posse, juntamente com o Vice-Governador Tarcísio Miranda, para a sua segunda administração à frente do executivo fluminense.

O primeiro problema da administração de Amaral Peixoto começou antes mesmo de assumir o governo do estado. Com a aliança que havia feito, o Comandante teria que satisfazer a todos os partidos que haviam apoiado sua candidatura, mesmo os menores. No arquivo de nossa personagem principal, encontramos vários telegramas dos partidos que sustentaram sua candidatura. O Partido Trabalhista Nacional foi o primeiro a enviar seus cumprimentos ao vencedor das eleições. Entretanto, sem esquecer do apoio que havia concedido ao Comandante, o PTN cobrava neste telegrama o “reconhecimento” por parte do novo Governador por todo o trabalho feito durante a campanha eleitoral. Além do PSD, do PTB e do PTN, formavam a coligação o PR, o PRT e o PST.

A dificuldade encontrada por Amaral Peixoto pode ser exemplificada pela carta que vamos transcrever em seguida:

DEMerval – Parece que o Comandante está com dificuldades políticas para o preenchimento do cargo de diretor do Liceu, a que concorre, por lembrança do José Carlos, o Raul Escobar. Os petebistas, porém, insistem por outro candidato, contribuindo, assim, para a demora da nomeação, com prejuízo do ensino. Os jornais já comentam. Ora, dando-se a vaga de Cláudio Borges, na Presidência da Junta de conciliação do Trabalho, em Campos, vejo possibilidade de solução, com o aproveitamento do Raul, ficando a direção do Liceu para o PTB.

O Raul já serviu como juiz substituto, no mesmo cargo. Se não houver exigência de ordem legal para o preenchimento de tal vaga, acredito que o Comandante, a quem peço que você transmita a sugestão, poderá conseguir a nomeação, que é da alçada do Presidente da República. Não me consta haver outro correligionário que possa embaraçar a execução da lembrança ora apresentada.⁹

⁹ Arquivo EAP gov 51.02.17, Dossiê Política Fluminense.

Esta carta foi escrita pelo político Nelson Pereira Rebel, em 3 de junho de 1951. Neste período, o secretariado já estava formado, mas estavam em andamento as disputas por nomeações em cargos que dependiam de indicação política. Rebel refere-se ao município de Campos, um dos principais redutos eleitorais do amaralismo, que havia sido conquistado com as suas inúmeras viagens ao norte fluminense durante a interventoria. A disputa e a cobrança sobre o “reconhecimento” ao apoio que havia sido dado à campanha do Comandante chegou a fazer com que o novo governador eleito se retirasse do país e voltasse apenas dias antes de sua posse no novo mandato, conforme palavras do próprio Amaral Peixoto:

‘Farei um governo político, mas com plena liberdade. Nomearei políticos, mas quem vai escolher sou eu’. De modo que não entrei em confabulações. Até o Natal ninguém sabia de nada, e no natal embarquei para a Europa, onde fiquei até 15 de janeiro. A Alzira ficou mais alguns dias, e eu voltei. Aí é que comecei a conversar sobre o governo. Queria também saber a situação do Governo Federal e fui ao Rio Grande conversar com o Dr. Getúlio. Eu queria defender alguns cargos para o Estado do Rio. Fui a Europa por dois motivos. Primeiro, queria me afastar um pouco das pressões. Todo mundo queria ir para o meu gabinete. Cada chefe político do interior tinha dez amigos para colocar no meu gabinete [...].¹⁰

Com a declaração do governador eleito, evidencia-se que a pressão era muito grande por parte de seus aliados para conquistarem um lugar de destaque no governo amaralista. Essa é uma diferença importante entre o período da interventoria e o democrático. Na sua primeira experiência no executivo fluminense, Amaral não teve que se preocupar com alianças políticas pré-determinadas, como fez nas eleições de 1950. Em 1937, ainda sem raízes na política estadual, aceitou inicialmente as indicações do seu aliado de primeira hora (José Eduardo de Macedo Soares) e depois do rompimento buscou o apoio dos políticos locais para formar seu grupo político. Dessa forma, tinha uma maior liberdade para escolher os nomes que ocupariam os cargos político-administrativos.

Além disso, durante a interventoria, Amaral tinha a possibilidade de nomear os prefeitos, o que lhe garantia um maior número de vagas pra acomodar

¹⁰ Aspásia Camargo (org.). **Op. Cit.** p. 246.

seus aliados políticos. No período democrático, estes cargos não estavam mais à disposição do chefe do executivo fluminense, já que as eleições estendiam-se também aos cargos municipais. Durante a interventoria, Amaral poderia revezar no poder municipal duas famílias rivais, satisfazendo suas pretensões políticas, o que não teria como fazer no pós-45. Com a filiação partidária sendo obrigatória para concorrer aos pleitos em todas as esferas, e com estas rivalidades locais ainda mais acirradas devido às eleições, Amaral Peixoto teria que escolher entre uma das lideranças para apoiar, o que levava o grupo excluído para o lado adversário. Uma das soluções encontradas pelo novo Governador foi a solicitação de cargos no Governo Federal ao Presidente Getúlio Vargas, como vimos na carta transcrita anteriormente. A proximidade entre eles e o desempenho de Amaral nas eleições e como líder nacional do PSD garantiram ao Rio de Janeiro alguns cargos importantes no cenário nacional, em especial no Departamento de Estradas de Rodagem.

O Comandante havia feito toda a campanha prometendo manter a mesma postura em relação ao período no qual havia sido interventor do Estado. Evidentemente, com a mudança do sistema político, manter a integralidade da postura que teve durante um período autoritário era improvável. O sistema democrático exigiu do Comandante a adoção de novas estratégias na política. Um exemplo das mudanças impostas pelo sistema político que havia sido implementado é a negociação feita com o PTB.

Meu acordo com eles foi feito na seguinte base: o PTB teria uma participação proporcional à contribuição que desse à minha vitória. Isso significava mais ou menos duas secretarias.¹¹

As nomeações para as secretarias foram extremamente políticas, diferente do que ocorreu durante o Estado Novo. Apesar de formar um secretariado político, devido as exigências da campanha política, Amaral Peixoto afirmou que “faria um secretariado político, mas com políticos capazes”.¹² Amaral privilegiou, como de costume, o seu partido na distribuição das secretarias. Entretanto, antes de prestigiar seu partido, Amaral procurou retribuir o apoio dos seus aliados desde o período da interventoria. Políticos como Paulo Fernandes, Roberto da Silveira,

¹¹ Ibid. p. 246.

¹² Ibid. p. 248.

Pacheco Carvalho e Valfredo Martins, que foram prefeitos ou haviam ocupado cargos durante o Estado Novo foram reconduzidos à máquina administrativa.

Amaral Peixoto, quando questionado sobre o fato de sempre retornar ao período em que foi interventor mesmo quando a referência era seu segundo governo, não esconde a preferência pelo período da interventoria, pelo menos no que diz respeito à administração:

Não há dúvida de que foi mais fácil, isso é inegável. A força do governo era muito maior, embora eu não possa me queixar da Assembléia no segundo governo. [...] Mas devo confessar que os anos que passei como Interventor foram os melhores da minha vida política.¹³

A predileção do Comandante pelo período da interventoria demonstra o quanto foi complicada a negociação política durante a sua segunda administração. Entretanto, não foi apenas o Governador que precisou se alinhar ao novo sistema. Seus aliados também deveriam modificar a forma de conduzir as negociações em torno da política estadual e da municipal. O momento pós-45 tornou necessário que as negociações tomassem um rumo estritamente político, deixando de lado as negociações baseadas no caráter pessoal, com os partidos passando a ocupar o centro das disputas políticas.

As disputas políticas não estavam restritas apenas entre os partidos que compuseram a aliança, mas também dentro dos mesmos, sobretudo no PSD. Vários líderes municipais manifestaram através de cartas ao Governador sua insatisfação com os rumos da política municipal e do diretório do PSD, como podemos perceber pela seguinte missiva:

Dada situação caótica da política municipal, com a ausência de um chefe capaz de orientar nosso partido, fato que contribui para não se entenderem sequer os representantes da Câmara Municipal. Permita Vossência a franqueza: elementos pessedistas criam situações embaraçosas para aqueles que como eu tem ventura em poder ufanar-se lealdade de atitudes, venho pesarosamente depor-vos às honradas mãos a confiança política que me depositou o partido incluindo meu nome em sua chapa. Mesmo tendo assegurado Vossência minha elevada estima, reafirmo os propósitos de na câmara, como franco atirador, como minoria, continuar servindo a causa comum que é a defesa dos interesses do povo barra-mansense, infelizmente tão mal aquinhoado em sua representação municipal. Por

¹³ Ibid. p. 259.

Barra Mansa, pelo seu alevantamento moral e político, espero ainda poder vossência incluir-me entre seus legionários [...].¹⁴

Esta carta foi enviada por um vereador de Barra Mansa, Edgard Ferreira Bastos. Pelo conteúdo da missiva, podemos perceber que existem dois pontos importantes: o primeiro diz respeito ao próprio PSD, que por falta de um líder naquele município não possuía uma linha/estratégia de ação, impossibilitando os membros do diretório de combater o grupo que por ora controlava a política municipal e, de acordo com o remetente, não prestava bons serviços ao povo de Barra Mansa, sendo esta a segunda problemática identificada neste telegrama. Durante a interventoria, com o revezamento realizado no cargo de Prefeito, era mais fácil apaziguar as disputas políticas locais e os chefes do executivo municipal possuíam uma maior dependência em relação à administração estadual. Não dependendo mais da indicação e da aprovação do Governador, uma vez que eleitos através do sufrágio, passavam a agir de acordo com a orientação de seus partidos.

Outra diferença importante é em relação aos pedidos feitos pelos que apoiaram a candidatura do Comandante, como podemos ver através da seguinte missiva:

Vassouras, muito embora irrestritamente solidária a Vossência, lamenta pesarosa seu esquecimento em postos do governo dados a outros municípios, que não tiveram sua eficiência na vitória do último pleito. Confia, entretanto, em que o querido chefe não consentirá em seu desprestígio.¹⁵

A carta enviada por um líder político de Vassouras, Dias Rosa Romeiro Neto - um dos organizadores do diretório municipal do PSD em Vassouras -, demonstra a insatisfação dos políticos que apoiaram o PSD nas eleições e não viram seu “esforço” ser reconhecido pelo chefe político estadual e Presidente do partido. Podemos notar que existem diferenças nas cobranças dos políticos se as compararmos com àquelas feitas durante o Estado Novo. No período da Interventoria, os pedidos eram feitos – principalmente – em âmbito municipal e

¹⁴ Carta de Edgard Ferreira Bastos a Ernani do Amaral Peixoto, em 12/10/1951.

¹⁵ Carta de Dias Rosa Romeiro Neto a Amaral Peixoto. Arquivo EAP psd-r 45.10.19. Não consta a data de envio da carta.

em nome de um aliado específico, que mereceria ser reconhecido pela dedicação com que trabalhava em prol de seu líder. Agora, mais uma vez devido à democratização e às coligações feitas com outros partidos para chegar ao governo do estado, os partidários de Amaral Peixoto alteraram a sistemática dos pedidos. Ao invés de negociarem cargos na administração municipal - o que deveria ser feito agora diretamente com os prefeitos -, os políticos que buscavam novos cargos para si ou para seus aliados, remetiam-se ao Governador em busca de colocações na administração estadual e os pedidos eram feitos em nome dos partidos políticos ou do município de origem.

A solução para questões sobre definição de cargos de seus aliados era um ponto delicado na nova administração amaralista. Como a quantidade de aliados era cada vez maior e o número de cargos que poderiam ser preenchidos por eles não crescia na mesma proporção, os pedidos passaram a indicar o potencial de cada remetente, como forma de sensibilizar o governador em atendê-los. Podemos ver um exemplo desta tática utilizada na carta enviada por Faria Souto ao Comandante:

Comte. Amaral Peixoto

Estou aguardando, como me prometeu, definição da minha situação. Creio que não haverá melhor solução do que a continuidade do apoio franco e decisivo de Itaocara. Como o justo governo do Estado, pois eu serei o representante do município junto à comissão do PSD em Niterói e amigos meus e do meu querido pai seguem minhas palavras. Abraços afetuosos.¹⁶

Podemos perceber por esta carta que a negociação política tomava outros rumos durante o período democrático. No Estado Novo, as negociações eram feitas para a conquista de aliados e buscava as principais lideranças políticas dos municípios. No período pós-45, continuava sendo importante o apoio das lideranças municipais, mas devido aos votos que elas poderiam conseguir para as eleições em todas as esferas. A grande diferença deste período é que não existia mais a busca por tais lideranças, mas a renovação dos acordos com estes líderes.

¹⁶ Carta de Faria Souto a Amaral Peixoto. Arquivo EAP psd-r 45.10.19. Não consta a data de envio da carta.

5.3. Mudam os atores, permanecem as práticas.

A volta de Amaral Peixoto ao governo do estado pode ser vista como um elemento de consolidação do PSD no Rio de Janeiro. Entretanto, as eleições de 1950 marcaram o crescimento do PTB em todo o Brasil. Na política fluminense, o PTB teve um crescimento importante e um dos elementos que mais contribuiu para o fortalecimento do PTB-RJ foram as disputas internas no PSD.

Amaral Peixoto possuía uma rede de aliados desde o Estado Novo, forte e capaz de sustentá-lo na política fluminense. Entretanto, este grupo havia sofrido alguns abalos durante o governo Edmundo de Macedo Soares, que tentou desestabilizar o grupo amaralista através da substituição de homens da confiança dos amaralistas ou tentando trazer para seu grupo antigos aliados do Comandante, aproveitando-se das vantagens que o cargo de Governador lhe concedia. Com esta disputa entre o líder político e o Governador, muitos pessedistas preferiram não optar por um lado com medo da repercussão que esta escolha pudesse trazer para seu futuro político. Apesar da grande maioria dos políticos acreditar na vitória de Amaral Peixoto neste embate, existia o medo de haver uma perseguição política durante os quatro anos de mandato da corrente macedista. Com isso, muitos pessedistas resolveram ingressar no PTB, além daqueles que já haviam sido indicados pelos líderes pessedistas a filiar-se ao Partido Trabalhista, quando de sua fundação, para criar uma aproximação entre os dois partidos, diminuindo a diferença eleitoral na área urbana com relação a UDN. Este movimento foi muito bem demarcado por Silvia Pantoja, quando afirma que:

[...] o crescimento das hostes petebistas teve uma peculiaridade. Além do impulso decorrente do incremento da população urbana, o PTB-RJ beneficiou-se da cisão entre amaralistas e macedistas no interior do PSD. Em decorrência, muitos pessedistas, evitando tomar posição clara por Amaral Peixoto ou Macedo Soares, optaram por ingressar no PTB, como estratégia de busca por uma posição de neutralidade. Essa mudança de partido foi realizada até mesmo por antigos e importantes líderes que compunham a classe política fluminense. Entre os mais destacados estavam: Salo Brand e Tarcísio de Miranda (Campista) e Luís de Almeida Pinto (de Marquês de Valença).¹⁷

¹⁷ Silvia Regina Pantoja Serra de Castro. **Op. Cit.** P. 273.

Além dos políticos já citados no trecho, outros antigos correligionários de Amaral Peixoto já haviam deixado o PSD, como Roberto da Silveira. Antes de deixar o PSD, o político enviou uma carta ao Comandante Amaral Peixoto, informando sua decisão de deixar o partido, mas reiterando seu irrestrito apoio ao Comandante:

Embora afastado do PSD, continuarei a defender o governo de V. Excia, como sempre procedi, certo de que não estarei fazendo mais do que cumprir com um dever de coerência e de gratidão como fluminense.¹⁸

Roberto Silveira tornou-se conhecido na política fluminense através da liderança que exerceu no movimento estudantil fluminense, sobretudo em Niterói. Sua liderança nestes movimentos o levou a ocupar altos cargos no PSD de Bom Jesus de Itabapoana. Sua entrada no PTB foi de grande valia para seu crescimento político, uma vez que no PSD teria que disputar espaço com políticos que possuíam uma carreira maior e estavam mais enraizados nas máquinas administrativas, pois – como já afirmamos anteriormente – a preferência de ingressar nos quadros pessedistas foi dada aos prefeitos ou às lideranças municipais que tinham suas posições consolidadas anteriormente. Apesar da postura dos nomes mais importantes que deixaram o PSD para ingressarem no PTB ter sido a mesma de Roberto Silveira, mantendo o apoio ao líder pessedista e do próprio PTB não ter causado nenhum problema ao governo do Comandante, a adesão de políticos de prestígio no estado fez dos trabalhistas uma força emergente na política fluminense, o que poderia enfraquecer o grupo amaralista, uma vez que aquele era o partido do presidente Getúlio Vargas e conquistou uma grande força eleitoral neste período. Esta é mais uma diferença importante entre os dois governos de Amaral Peixoto. Durante a interventoria, o chefe do executivo tinha apenas uma corrente para se preocupar, que era a dos macedistas. A partir de 1945, especialmente na década de 1950, o PTB emergiu com grande força, mesmo sendo considerado a corrente urbana do PSD, acabou diminuindo o espaço eleitoral dos pessedistas. Por conta deste crescimento dos petebistas, era tão importante não perder o apoio dos trabalhistas, que era a ferramenta principal para

¹⁸ Carta de Roberto da Silveira a Amaral Peixoto. Arquivo EAP psd-r 46.11.10.

garantir não apenas a supremacia do PSD frente a UDN, mas a vitória do amaralismo sobre o macedismo no estado do Rio de Janeiro.

Para garantir o apoio de seus aliados de primeira hora e dos novos aliados, Amaral Peixoto foi obrigado a promover o que Pantoja considerou como uma “renovação das elites”, empossando um novo diretório pessedista em março de 1951. Esta atitude tinha como principais finalidades o fortalecimento o PSD em todo o estado do Rio de Janeiro e acabar - ou, ao menos, diminuir - com as disputas internas, para o que seria necessário retirar alguns de seus aliados oriundos do Estado Novo e privilegiar outros que haviam se juntado às hostes amaralistas com a expansão deste grupo. Entretanto, nem todos os membros do grupo aceitaram a decisão tomada pelo líder do partido, como nos mostra a seguinte missiva:

Parati, 26/05/51

Exmo. Sr. Governador Comandante Ernani do Amaral Peixoto,
Meus respeitos.

Não ignora V. excia, que minha volta às atividades políticas das quais estava afastado há 14 anos, o fiz devido aos insistentes pedidos seus. Estava vivendo em paz com minha família.

Depois dos convites, promessas que não as aceitei, veio a fase das perseguições e com elas os sofrimentos morais e materiais. V. Excia agora não precisa de mim, é governador e os amigos estão sobrando, estão subindo as escadas do palácio aos borbotões.

Diz-me a consciência que fui leal, dedicado e sincero; rejeitei a comodidade dos conchavos para sofrer, preferindo mais ficar com quem julgava ser meu amigo. Volto, senhor Governador, para minha casa a viver com os meus, que me são leais e sinceros. Já comuniquei ao diretório e agora o faço a V. Ex, que me desliguei do Partido Social Democrático, desejando muitas felicidades com os seus novos amigos.

Vindos de Angra dos Reis, aqui chegaram uns boatos e depois mais positivos, porque foram trazidos pelo Sr. Dr. Câmara Torres; é o seguinte: os Drs. Moacyr de Paula Lobo e Câmara Torres virão aqui em breves dias, autorizados pelo Presidente do PSD, que é V. Excia, para organizarem um novo diretório, em virtude de não mais merecer confiança o atual. O diretório e os vereadores estão aguardando a chegada destes senhores, para tomarem atitude que o caso requer.

Pedindo desculpas e desejando muitas felicidades para V. Excia, assinome.¹⁹

Esta missiva foi escrita por João Apolônio dos Santos Pádua, cerca de dois meses depois da organização da nova diretoria do PSD. Podemos perceber pelo relato do missivista que o chefe do partido, que era também o governador do estado, havia permitido a organização de um novo diretório pessedista em Parati. Pádua reitera seguidas vezes que o Comandante havia conquistado novos amigos e que, mesmo tendo o apoiado no momento em que solicitou, inclusive durante o governo Macedo Soares (representado pela “fase das perseguições”), a partir daquele momento estava retirando-se da política por não ser mais necessário seu apoio. Este não foi um caso isolado na política fluminense. Diversos diretórios municipais do PSD foram remontados no início da década de 1950. Certamente, novos membros foram conquistados, mas Amaral Peixoto também sofreu perdas neste movimento, devido ao descontentamento dos políticos locais com a nova configuração do PSD-RJ. Outro exemplo das conseqüências desta reorganização partidária pode ser notada no diretório de Barra Mansa:

Governador Amaral Peixoto

Levo ao conhecimento prezado chefe que esteve aqui em Barra Mansa nosso companheiro Dario Aragão, afim de impor renúncia de todo diretório do nosso partido, eleito até 1956 (grifos do autor). Maioria da diretoria da cidade não concorda com esta atitude de desconsideração do nosso amigo. Mário Reis, Presidente do Diretório, o qual ontem como hoje, nunca negou sua colaboração leal e sincera a direção do partido sob sua chefia. Com essa desleal atitude, visa nosso companheiro Dario Aragão colocar a direção do partido no município o snr. Sávio Gama, com o que não estou de acordo, por não haver motivo para tal desconsideração aos atuais dirigentes do partido, que considero merecedores de sua estima e confiança. No exercício da Presidência, em virtude da enfermidade do nosso Presidente, convoquei o diretório para reunião no próximo dia 12. Reunião essa cujos resultados poderão ser sobremodo graves e prejudiciais aos interesses partidários. Dessa forma, como um de seus devotados amigos daqui de Barra Mansa, achei de meu dever levar ao conhecimento a atual situação. Com objetivo de preservar a unidade de nossos companheiros, venho apelar eminente amigo e chefe de nosso partido no sentido de convencer esses nossos dois companheiros de desistir de tal atitude, cuja conseqüência será lançar desconfiança e desarmonia dentro do próprio diretório, que precisa, como sempre, manter-se coeso ao seu

¹⁹ Carta de João Apolônio dos Santos Pádua a Amaral Peixoto, em 26/05/1951. Arquivo EAP psd-r 46.11.30.

lado. Terminando, espero seu pronunciamento antes da reunião do dia 12.²⁰

Esta carta foi enviada por Orlando Gonçalves Brandão, membro do diretório municipal de Barra Mansa, para alertar ao Diretório Estadual que Dário Aragão, ex-integrante do grupo amaralista e político tradicional no município do Sul fluminense, estaria disposto a propor a renúncia coletiva do Diretório barra-mansense em protesto à atitude de nomeação de um novo presidente para o mesmo. A renovação das elites políticas, que tinha como uma de suas finalidades conter a disputa interna nos diretórios do PSD não surtiu o resultado esperado, já que as indicações de novos líderes nem sempre foram aceitas de forma pacífica pelos representantes pessedistas nos municípios. Desta forma, ao invés de apaziguar, este movimento fez com que vários diretórios entrassem em colapso, gerando cisões e rompimentos no PSD-RJ.

Apesar da diferença na condução das negociações e na forma pela qual os pedidos eram feitos, o clientelismo permanecia presente na política fluminense. Entretanto, conforme já discutimos em capítulo anterior, este é um fenômeno muito presente na política brasileira e não o encaramos como algo perverso. Com relação ao clientelismo, mudaram-se as dádivas, mas não a prática. Se anteriormente negociavam-se diretamente os cargos (inclusive o de Prefeito), agora a negociação tratava de recursos ou de cargos na composição do secretariado estadual. Como o próprio Amaral Peixoto prometera durante a campanha visando as eleições para o governo, ele continuou a ser o mesmo político do período autoritário, alterando-se apenas a dinâmica das negociações.

²⁰ Carta de Orlando Gonçalves Brandão a Amaral Peixoto, em 1952. Arquivo EAP psd-r 46.11.30